

MIGRAÇÃO E DESIGUALDADE REGIONAL EM SERGIPE *

Regional inequalities in the State of Sergipe

Migración y desigualdad regional en Sergipe

Kleber Fernandes de Oliveira **

RESUMO

Os indicadores sociais do Nordeste brasileiro mostram que, mesmo com a persistente desigualdade social, houve redução significativa da pobreza e melhorias na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Esses elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração. O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica migratória sergipana, principalmente os fluxos direcionados à região da grande Aracaju (RGA), à luz de alguns aspectos próximos ou influentes na migração. De forma mais específica, trata a migração interna em Sergipe, tendo como cenários os avanços e os problemas regionais assentes no processo de desenvolvimento sergipano das últimas três décadas. Ao analisar comparativamente a ocupação e a renda do trabalho segundo status migratório e escolaridade, mostra que esses diferenciais em favor da RGA continuam sendo os principais atrativos dos migrantes originados do interior sergipano.

Palavras-chave: Migração. Economia Regional. Renda.

ABSTRACT

Social indicators in the Brazilian Northeast show that, even with the persistent social inequality, there was significant poverty reduction and improvements in education and labor market standards. The indicators also highlight the fact that behind these results, public employment, transfers from social programs and pensions are found. These elements mitigate the perverse effects from a feeble economic structure and from an unsustainable distribution of production means. Therefore, they also influence migration. The objective of this article is to analyze the migratory dynamic at the state of Sergipe, particularly the population flows directed to metropolitan Aracaju. Specifically, this article addresses the inner migration at Sergipe through

* Artigo apresentado no VII Encontro Nacional sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011 em Curitiba-PR.

** Economista, doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Estatística e Ciências Atuariais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: Kleber.ufs@hotmail.com

Artigo recebido em dez./2011 e aceito para publicação em jan./2012.

the sceneries of regional advances and problems – present in the state’s development process for the last three decades. The comparative analysis of occupation and labor income, according to migration status and level of study, informs that such elements still are the main distinguishing characteristics of Aracaju, drawing migrant population from Sergipe’s countryside.

Keywords: Migration. Regional economics. Income.

RESUMEN

Los indicadores sociales del Nordeste brasileño muestran que, aún con la persistente desigualdad social, hubo reducción significativa de la pobreza y mejorías en la educación y en el mercado de trabajo. Señalan también que por detrás de esos resultados están el empleo público, las rentas de programas sociales y las jubilaciones. Esos elementos, en la medida en que suavizaron los efectos perversos de la débil estructura económica y de la insustentable forma de repartición de los medios de producción, también tienen influencia sobre la migración. El objetivo de este artículo es analizar la dinámica migratoria sergipana, principalmente los flujos direccionados a la región de la gran Aracaju (RGA), a la luz de algunos aspectos próximos o influyentes en la migración. De forma más específica, trata la migración interna en Sergipe, teniendo como escenarios los avances y los problemas regionales del proceso de desarrollo sergipano de las últimas tres décadas. Analizando comparativamente la ocupación y la renta del trabajo según status migratorio y escolaridad, esos diferenciales en favor de la RGA siguen siendo los principales atractivos de los migrantes originados del interior sergipano.

Palabras clave: Migración. Economía regional. Renta.

INTRODUÇÃO

A trajetória recente do desenvolvimento econômico regional brasileiro, a ampliação de programas de transferência de renda e o aumento da cobertura da previdência social são elementos centrais no estudo da dinâmica migratória das duas últimas décadas.

Os indicadores sociais no Nordeste mostram que, mesmo com a persistente desigualdade social, houve redução significativa da pobreza e melhorias na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Esses elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica migratória sergipana, principalmente os fluxos direcionados à Região da Grande Aracaju (RGA), à luz de alguns aspectos próximos ou influentes na migração. De forma mais específica, trata a migração interna em Sergipe tendo como cenários os avanços e os problemas regionais assentes no processo de desenvolvimento sergipano das últimas três décadas.

O texto é composto de duas partes, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, mostra que a dinâmica migratória intrarregional apresenta certa intensificação, enquanto entre as grandes regiões houve diminuição dos fluxos. Com base nos quesitos de migração em data fixa, da PNAD de 1999, 2004 e 2009, aponta que a dinâmica migratória intrarregional aumentou em quase todos os estados. Para Sergipe, com base nos Censos de 1980, 1991 e 2000, analisa a influência da RGA na migração originada do interior do Estado.

No segundo tópico, ambienta a migração considerando alguns elementos próximos ou condicionantes regionais. Dada a importância do setor primário para a economia sergipana, mostra que o caráter fragmentado da posse da terra, o cultivo de pastagens em detrimento da lavoura, o atraso tecnológico e o abandono técnico inviabilizam qualquer tentativa de desenvolvimento local. Por outro lado, menciona a importância do setor terciário e do emprego público na economia municipal e suas possíveis influências na retenção migratória. Por fim, analisa comparativamente a ocupação e a renda do trabalho segundo *status* migratório e escolaridade para mostrar que esses diferenciais em favor da RGA continuam sendo os principais atrativos dos migrantes originados do interior sergipano.

1 DINÂMICA MIGRATÓRIA EM SERGIPE E O CONTEXTO REGIONAL

O recente processo de crescimento econômico regional, os avanços e a ampliação do alcance de políticas públicas de assistência e de seguridade social são elementos fundamentais nas análises sobre a dinâmica migratória nordestina.

Se até os anos 80 caracterizavam tal dinâmica os fluxos destinados ao eixo Rio-São Paulo e às áreas de fronteira agrícola do Mato Grosso, Goiás e Maranhão

(BAENINGER, 2005; BRITO; GARCIA; SOUZA, 2004; CUNHA, 2006; MARTINE, 1989), a partir dos anos 90 surgem direções, sentidos e até modalidades migratórias refletindo novos processos, como a reestruturação das grandes cidades e formas de enfrentamento de contingências vividas nos grandes centros urbanos (CUNHA, 2003; CUNHA; BAENINGER, 2005; HAKKERT; MARTINE, 2007).

Na construção de um possível quadro explicativo da dinâmica migratória nordestina da última década, certos aspectos de natureza político-institucional, como as políticas sociais de transferência de renda, as aposentadorias, a terciarização e os empregos públicos, assumem importância central dada sua influência no mercado de trabalho.

Seguindo a tendência do país,¹ os indicadores para o Nordeste mostram redução na pobreza por insuficiência de renda, nas últimas duas décadas.² De um lado, políticas voltadas à estabilização monetária e controle inflacionário beneficiaram principalmente a população dos estratos inferiores, cuja maior parte da renda era dedicada ao consumo básico. Ressalte-se também o efeito positivo sobre o nível de renda dos trabalhadores decorrente do aumento de 42% do salário mínimo, na década de 1990, favorecendo principalmente aqueles de menor renda (ROCHA, 2003a, 2003b).

Nos anos 2000, além dos fatores acima, cabe mencionar que parte substantiva da melhoria das condições de vida no Nordeste esteve relacionada com o mercado de trabalho e políticas de proteção e seguridade social.

O mercado de trabalho brasileiro pós-2000 também apresenta avanços quando comparado com o dos anos 80 e 90. A crise de desregulação/desestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pela expansão do trabalho informal, terciarização, estagnação de rendimentos com aumento do desemprego, imobilização da estrutura distributiva (CARDOSO JR., 2001), é sucedida por um processo de recomposição resultante da redução do desemprego aberto, como também da melhoria das relações de trabalho.³ Pochmann (2008) estima que o emprego formal no Nordeste tenha crescido 262% quando se compara o período entre janeiro de 2003 e junho de 2005 com os mesmos meses de 1999 e 2001, respectivamente. Ainda assim, as Regiões Sul e Sudeste responderam por 78,4% dos empregos formais gerados em todo o país, entre janeiro de 1999 e junho de 2005.

Outra vertente desse processo é o aumento da importância do setor público na geração de emprego formal, como também nas políticas de transferência de renda e previdenciária. De acordo com Costanzi (2004), entre 1985 e 2002

¹ Ver Herrán (2005), IPEA (2006) e Hoffmann (2000).

² De acordo com Rocha (2003a), o índice de pobreza caiu de 64% para 51%, enquanto que o hiato da renda (desigualdade entre os pobres) passou de 23% para 15%, entre 1992 e 1999.

³ De acordo com Pochmann (2008), no Brasil, entre 1999 e 2004, a proporção da PEA ocupada passou de 89,9% para 90,7%. O assalariamento aumentou de 55,4% para 59,5% e a proporção de trabalhadores assalariados com carteira assinada cresceu de 33,8% para 36,8%, no período.

o emprego estatutário respondeu por quase 47% do total de empregos formais gerados. Ainda, segundo o autor, naquele último ano havia no país 6,4 milhões de trabalhadores estatutários, representando mais de 22% do total de ocupados formais. Vale destacar que na década de 1990 o crescimento do emprego público no Brasil se deu exclusivamente na esfera municipal. Ao contrário do serviço público estadual e federal, que juntos perderam 208 mil trabalhadores, os municípios absorveram mais 630 mil pessoas, entre 1992 e 1999 (CARVALHO FILHO, 2002).⁴

Os efeitos das rendas de transferências, notadamente as pensões e aposentadorias, o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família, completam o quadro de avanços socioeconômicos vividos nas últimas décadas. Entre 2001 e 2004, o volume de recursos alocados nestas três fontes de renda passou de R\$ 140 para R\$ 150 bilhões, valores responsáveis pela redução de um terço na desigualdade de renda no país (IPEA, 2006).

A escolaridade do brasileiro também avançou significativamente no transcurso das últimas décadas. Entre 1980 e 2009, a taxa de analfabetismo diminuiu de 25,5% para 9,7% (CASTRO, 2000; IBGE, 2010).⁵ A melhoria na educação com o consequente aprimoramento da força de trabalho é apontada como responsável por um terço da queda na desigualdade de renda entre famílias e pela redução de 15% da desigualdade na renda familiar *per capita* (IPEA, 2006).

Os indicadores sociais do Nordeste, em síntese, mostram que mesmo com a persistente desigualdade social houve também redução significativa da pobreza como insuficiência de renda, melhoria na educação e no mercado de trabalho. Assinalam também que por trás desses resultados positivos estão o emprego público, as rendas de programas sociais e as aposentadorias. Tais elementos, na medida em que suavizaram os efeitos perversos da débil estrutura econômica e da insustentável forma de repartição dos meios de produção, também influenciam na migração.

O argumento parece consonante com a dinâmica migratória nordestina dos períodos 1994-1999 e 1999-2004. De acordo com a tabela 1, a região recebeu 655 mil imigrantes inter-regionais, aumentando para 848 mil no quinquênio seguinte,

⁴ O processo de descentralização fiscal, impulsionado pela Constituição de 1988, conferiu ampla autonomia financeira aos governos subnacionais para coletar, gerir e gastar recursos. A partir de tais mudanças, estados e municípios não apenas aumentaram suas participações na arrecadação total, como puderam focalizar seus gastos na área social. Prova disto é que, entre 1988 e 1991, a despesa com educação e cultura na União caiu de US\$ 8,1 para US\$ 3,9 bilhões; nos estados, permaneceu em US\$ 7,6 bilhões e nos municípios passou de US\$ 3,2 para US\$ 4,7 bilhões. Na área da saúde, a despesa federal era, em 1991, menor em um terço daquela realizada em 1989; enquanto nos municípios cresceram 70%. Da mesma forma, os programas sociais de habitação e urbanismo apresentaram forte expansão nas despesas estaduais e municipais quando comparadas com as federais. A União, por sua vez, concentrou os gastos nas transferências assistenciais (INSS) e encargos da dívida interna e externa (AFONSO, 1994).

⁵ Em que pesem as desigualdades regionais persistentes e a longa distância qualitativa a ser percorrida, Castro (2000) aponta que entre 1980 e 1996 a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade caiu de 25,5% para 14,7%. Tal tendência é verificada na década seguinte, tendo a taxa de analfabetismo em 2009 alcançado, 9,7% (IBGE, 2010).

enquanto a emigração diminuiu de quase 1,1 milhão para 934 mil, respectivamente. Como resultado, o saldo migratório negativo diminuiu de 441 mil para 86,5 mil pessoas. No entanto, a dinâmica migratória do quinquênio seguinte resulta no aumento da perda migratória, passando a quase 188 mil pessoas, refletindo principalmente a redução no volume de imigrantes, que somaram 541 mil pessoas, enquanto os emigrantes foram 729 mil.

TABELA 1 - VOLUMES DE EMIGRANTES, IMIGRANTES E SALDO MIGRATÓRIO POR REGIÕES BRASILEIRAS, EM DATA-FIXA - 1995-1999, 1999-2004 E 2005-2009

REGIÃO	INTER-REGIONAL 1994-1999			INTER-REGIONAL 1999-2004			INTER-REGIONAL 2004-2009		
	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo	Imigração	Emigração	Saldo
Norte	224.591	237.829	-13.238	330.660	266.919	63.741	184.634	219.793	-35.159
Nordeste	655.113	1.096.310	-441.197	848.002	934.589	-86.587	541.733	729.602	-187.869
Sudeste	1.221.665	847.510	374.155	844.605	1.059.913	-215.308	656.386	668.801	-12.415
Sul	291.589	280.550	11.039	305.063	270.477	34.586	252.947	154.094	98.853
Centro-Oeste	478.202	408.961	69.241	534.879	331.311	203.568	418.143	281.553	136.590
Total	2.871.160	2.871.160	-	2.863.209	2.863.209	-	2.053.843	2.053.843	-

FONTE: PNADs 1999, 2004 e 2009

Os fluxos inter-regionais, pelo que se pode observar acima, apresentaram tendência de arrefecimento, principalmente entre 2004 e 2009, possivelmente pela atenuação daqueles fatores que historicamente incentivaram a migração, tais como mercado de trabalho, renda e educação. No entanto, para explicar o comportamento da migração intrarregional faz-se necessário retomar alguns temas centrais da realidade nordestina e sergipana, o que será feito a partir do tópico 1.1.

Observe-se antes, na tabela 2, que, considerando os períodos 1995-1999 e 2004-2009, houve o aumento na dinâmica migratória em quase todas as regiões brasileiras, exceto no Sul. No Nordeste, excetuando-se os estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas, é de se notar a intensificação da migração intraestadual.

TABELA 2 - MIGRAÇÃO INTERNA POR REGIÃO E ESTADO NORDESTINO - 1995-1999, 1999-2004 E 2005-2009

REGIÃO	1995-1999	1999-2004	2004-2009
Norte	605.088	1.168.156	1.081.240
Sudeste	4.380.698	4.541.185	4.499.160
Sul	2.484.474	2.465.034	2.245.111
Centro-Oeste	1.051.720	1.071.780	1.051.497
Nordeste	3.067.402	3.341.008	3.075.080
Maranhão	406.133	459.875	434.376
Piauí	170.625	170.319	199.273
Ceará	438.535	473.976	487.463
Rio Grande do Norte	168.964	241.070	259.813
Paraíba	294.331	225.577	168.144
Pernambuco	544.395	638.084	431.731
Alagoas	157.468	148.123	132.877
Sergipe	111.592	112.439	117.969
Bahia	775.359	871.545	843.434

FONTE: PNADs 1999, 2004 e 2009

De forma mais objetiva, os avanços acima tratados parecem ter incentivado as dinâmicas intrarregional e intraestadual, ao mesmo tempo em que desencorajam a migração para outras regiões. Desta forma, pode-se argumentar que a migração Nordeste-Sudeste parece não se constituir na principal estratégia de busca por melhores condições de vida. De um lado, os problemas no mercado de trabalho, habitação, custo de vida e violência tornam menos atrativas aquelas áreas historicamente destinatárias de migrantes nordestinos (PACHECO, 2000).

No Nordeste, por sua vez, o recente dinamismo econômico concentrado nas capitais e Regiões Metropolitanas, especialmente relacionado com setores da construção civil e transporte, parece atrair os fluxos que em outra situação migrariam para outras regiões, principalmente o Centro-Sul brasileiro. No interior, as rendas originadas dos programas sociais e aposentadorias, por serem direcionadas a estratos específicos da população, acabam influenciando positivamente na migração daqueles cuja idade está entre 20 e 45 anos.

O tópico a seguir trata da dinâmica migratória interna em Sergipe.

1.1 MIGRAÇÃO INTERNA EM SERGIPE

O caráter espacialmente concentrado dos investimentos industriais na região da Grande Aracaju (RGA) consolidou essa área como principal vetor econômico e de intensos fluxos migratórios. É necessário ressaltar que isto se deu em num contexto marcado pela relativa desconcentração industrial no Centro-Sul do país, principalmente a partir de São Paulo, e pelo surgimento de novos espaços econômicos em áreas como o Nordeste (CANO, 1998a, 1998b; PACHECO, 1998), suscitando outros tipos de mobilidade populacional, novas direções e sentidos dos fluxos migratórios, como também o aumento da migração inter-regional e intraestadual (CUNHA, 2003; CUNHA; BAENINGER, 2005).

Utilizando informações sobre o lugar de residência em uma data-fixa, contidas nos dados amostrais dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, e admitindo como equivalente, no Censo de 1980, a informação referente aos migrantes com menos de cinco anos no local de residência,⁶ pode-se notar que a RGA não apenas se manteve como a principal área de imigrações como passou a ser origem de mais de quase metade da emigração interna em Sergipe, em 1995-2000.

Cabe observar na tabela 3 que, de fato, a migração interna em Sergipe se intensificou a partir do final da década de 1980. Prova disto é que as trocas migratórias intermunicipais passaram de 65,6 mil para mais de 97 mil pessoas, influenciadas

⁶ Vale aqui fazer uma consideração de natureza metodológica a esse respeito. De acordo com Cunha (2005), o volume de migrantes com menos de cinco anos de residência é geralmente superior àquele que seria captado através da data-fixa por dois motivos principais. O primeiro é que a informação de data-fixa não contempla etapas migratórias ocorridas entre o levantamento e a data-fixada. Em segundo lugar, o volume de migrantes com menos de cinco anos tende a ser maior que aquele captado pelo quesito da data-fixa porque envolve as crianças com menos de cinco anos.

principalmente pela migração intrarregional. Note-se que, entre os municípios do interior, o volume da migração aumentou de 28,1 mil para 30,8 mil pessoas, mas foi na RGA que a migração intrarregional apresentou maior crescimento, passando de 8,5 mil pessoas para 33,9 mil pessoas, entre 1975-80 e 1995-2000.

TABELA 3 - MATRIZ DE FLUXOS MIGRATÓRIOS DO INTERIOR E REGIÃO DA GRANDE ARACAJU - 1975-1980, 1986-1991 E 1995-2000⁽¹⁾

ORIGEM	DESTINO								
	1980			1991			2000		
	Interior	RGA	Sergipe	Interior	RGA	Sergipe	Interior	RGA	Sergipe
Interior	28.141	23.040	51.181	28.016	24.779	52.795	30.769	20.139	50.908
RGA	5.932	8.515	14.447	8.021	32.335	40.356	12.302	33.908	46.210
Sergipe	34.073	31.555	65.628	36.037	57.114	93.151	43.071	54.047	97.118

FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000 - Tabulações Próprias

(1) Exclui os migrantes sem local de origem definida.

Importa destacar que a migração inter-regional manteve, em 1995-2000, magnitude similar àquela estimada para 1986-91 e 1975-80; ou seja, o interior continua sendo área de origem de fluxos migratórios para a RGA, envolvendo no período analisado contingente sempre superior a 20 mil migrantes.

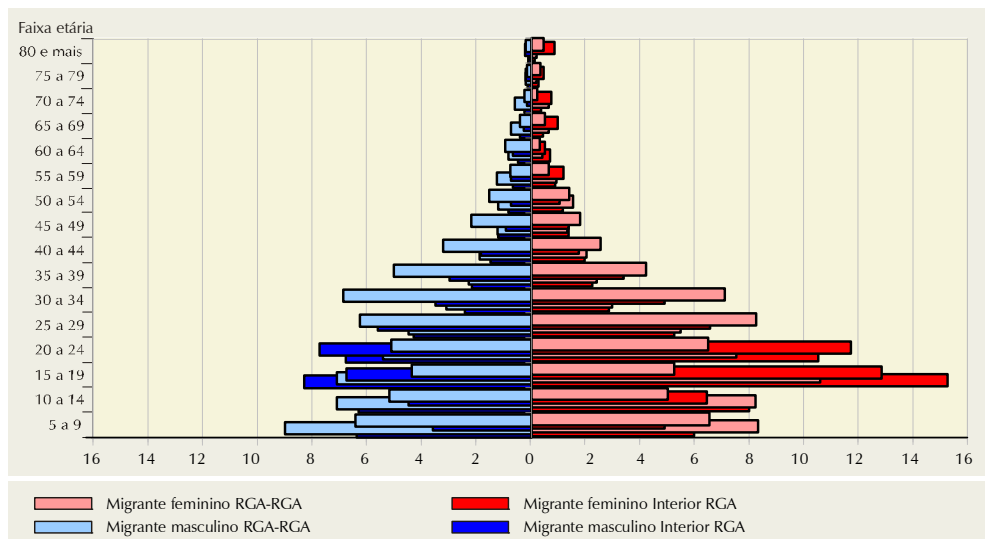
Exame comparativo entre as estruturas etárias dos migrantes inter e intrarregionais confirma os argumentos acima. A composição por idade e sexo dos migrantes originados do interior, em 1975-80, apresenta forte participação das idades compreendidas entre 15 e 24 anos, com maior participação da população feminina. Em termos relativos, isto significa que mais de 25% dos migrantes Interior-RGA eram mulheres, entre 15 e 24 anos.

Já, a estrutura etária dos migrantes intrarregionais, em 1975-1980, sugere apenas que entre as mulheres de 15 a 19 anos exista também motivação laboral para migrar (gráfico 1).

Em 1986-1991, de acordo com o gráfico 2, os fluxos originados do interior continuam sendo caracterizados pela elevada participação dos jovens, com idade entre 15 e 24 anos, sobretudo mulheres de 15 a 19 anos. Note-se também o aumento relativo dos migrantes masculinos, com idade entre 20 e 24 anos. No que se refere à migração intrarregional, repare que os "alargamentos" e o equilíbrio entre os sexos em grupos etários específicos, acima dos 25 anos e nas idades iniciais, sugerem que esses fluxos sejam formados principalmente por famílias.

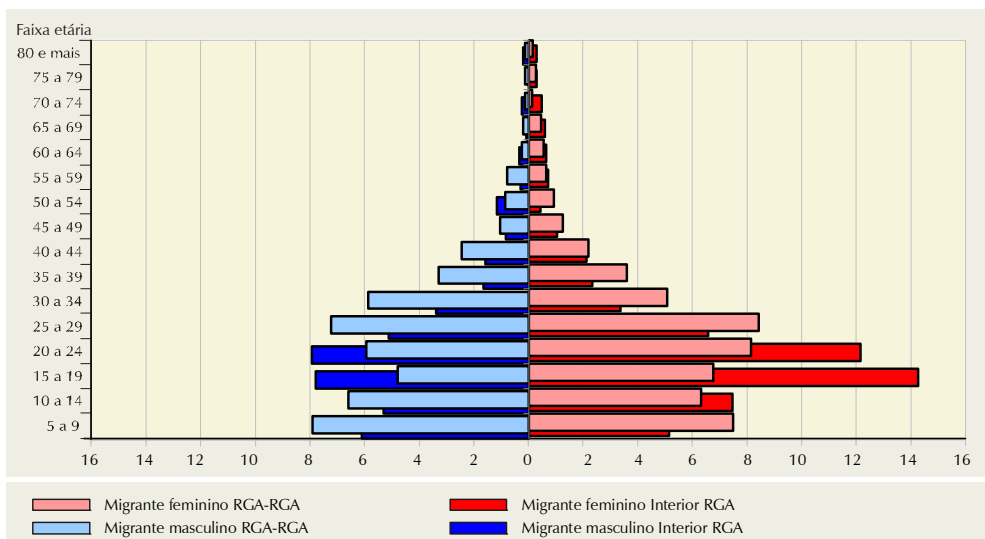
No período 1995-2000, a estrutura populacional dos migrantes mantém, em certa medida, a observada no quinquênio anterior. Os fluxos originados do Interior são caracteristicamente jovens, entre 15 e 24 anos, e sempre com maior participação das mulheres. Da mesma forma, a migração intrarregional continua caracterizada pela participação de famílias, em que é possível notar o aumento da participação de grupos acima dos 34 anos (gráfico 3).

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DOS MIGRANTES INTER-REGIONAIS E INTRARREGIONAIS - 1975-1980



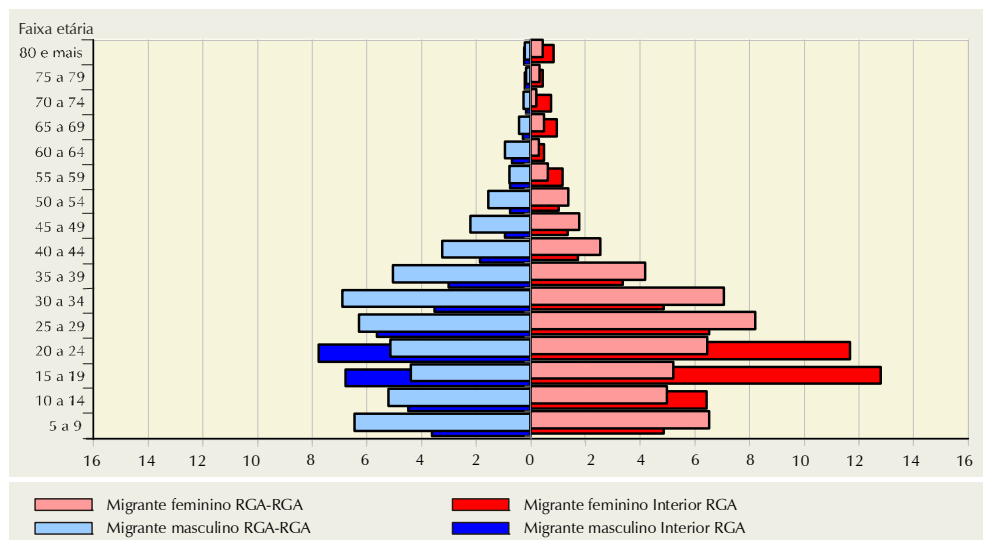
FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DOS MIGRANTES INTER-REGIONAIS E INTRARREGIONAIS - 1986-1991



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DOS MIGRANTES INTER-REGIONAIS E INTRARREGIONAIS - 1995-2000



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados da amostra)

No que se refere à participação feminina, há que se fazer aqui uma breve referência quanto ao caráter diferencial por sexo na inserção desses migrantes ao mercado de trabalho. Essa população migrante, homens e mulheres originados do Interior, é absorvida principalmente pelo setor de serviços e invariavelmente possui baixa escolaridade ou quase nenhuma habilidade técnica para atuar em um setor extremamente competitivo como este. Pois bem, os homens, quando encontram alguma ocupação, o fazem em áreas como o setor de transportes, construção civil ou são impelidos para atividades informais. Já, a inserção das mulheres é ainda mais precária, dado que sua primeira ocupação quase sempre se dá no exercício de atividades domésticas ou “trabalhos em casa de família”. A permanência por longo período em atividades dessa natureza, dadas suas características intrínsecas, acaba reforçando uma espécie de círculo vicioso da imobilidade social e ocupacional, por não exigir nem permitir que esse trabalhador desenvolva novas habilidades e, por conseguinte, aumente sua potencialidade de ascensão social.

2 ALGUNS ELEMENTOS DA MIGRAÇÃO EM SERGIPE

Há que se ressaltar, no entanto, a persistência no interior sergipano da frágil estrutura econômica, acesso desigual aos meios de produção, baixo nível educacional, falta de assistência técnica. Decerto, essas características estão presentes em todo o Nordeste, mas em Sergipe assume níveis insustentáveis.

A economia sergipana, em que pese a expansão das atividades terciárias nos municípios do interior, tem no setor primário o principal gerador de emprego e renda. Em 1980, o setor terciário absorvia pouco menos de 25% dos ocupados no

interior, enquanto que as atividades agrícolas empregavam mais de 63% dos trabalhadores. Em 2000, ambos os setores respondiam, cada um, por cerca de 43% dos ocupados.⁷

2.1 O SETOR PRIMÁRIO

A redução relativa da ocupação no setor primário está relacionada a dois fatores principais. O primeiro diz respeito à posse da terra. O que será constatado a seguir é que a estrutura fundiária sergipana, mantidos os atuais níveis de produtividade, não favorece o aumento do produto, da renda e da ocupação. Os dados dos Censos Agropecuários de 1975 a 2006 evidenciam não apenas a desigualdade da posse como também a inalterabilidade na distribuição das terras em Sergipe. Note-se que, em todo o período analisado, cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários ocupavam entre 10% e 12% das terras, enquanto cerca de 3% detinham aproximadamente 40% da área em estabelecimentos (tabela 4). Característica marcante é a participação das propriedades com área inferior a 1 hectare,⁸ representando mais de 30% dos estabelecimentos, mas ocupando apenas 1% da área com propriedades.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DAS PROPRIEDADES AGROPECUÁRIAS DE SERGIPE NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL - 1975/2006

GRUPOS DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (%)				ÁREA EM HECTARES (%)			
	1975	1985	1995	2006	1975	1985	1995	2006
Menos de 1	34,35	37,74	34,28	32,64	1,11	1,17	1,03	1,06
1 a menos de 2	16,39	14,88	14,95	13,92	1,33	1,29	1,27	0,93
2 a menos de 5	17,51	17,27	17,73	18,27	3,19	3,39	3,40	4,01
5 a menos de 10	10,47	10,03	10,83	12,19	4,24	4,35	4,54	5,84
Menos de 10	78,72	79,93	77,79	77,02	9,87	10,20	10,24	12,25
10 a menos de 100	18,12	16,92	18,31	20,39	31,15	31,40	32,78	38,11
100 a menos de 1.000	3,01	2,85	3,07	2,51	43,03	43,05	45,39	39,33
1.000 a menos de 10.000	0,15	0,13	0,11	0,08	15,28	14,72	10,60	10,31
10.000 e mais	0,00	0,00	0,00	-	0,67	0,63	0,00	-
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total absoluto	101.234	115.069	99.058	98.360	1.809.541	1.918.505	1.702.627	1.480.414

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários 1975, 1985, 1995-1996 e 2006

A segunda característica do setor primário sergipano é a predominância das pastagens em detrimento da lavoura. De acordo com a tabela 5, no período 1975-2006 os pastos ocupavam cerca de 65% das áreas em estabelecimentos, enquanto as lavouras atingem a maior participação em 2006, com menos de 22% do total da

⁷ Vale ressaltar que esse comportamento não é exclusivo de Sergipe, dado que segue o curso mais amplo de mudanças estruturais pelas quais tem passado a economia brasileira, tal como aponta Cardoso Jr. (2001).

⁸ Como ilustração, vale pontuar que 1 hectare corresponde aproximadamente à área de um campo de futebol ou um quarteirão. Sob a influência da pouca produtividade e de intempéries naturais, como a seca, torna-se praticamente inviável realizar, ainda que para fins de subsistência, qualquer tipo de cultivo. Nessas condições, por exemplo, uma propriedade de 1 hectare pode produzir exclusivamente 20 sacos de feijão por ano para serem vendidos a R\$ 150,00 cada, ou seja, R\$ 3.000,00 por ano. Na produção de

área. Nessas áreas dedicadas ao pasto, a criação de gado leiteiro e de corte, invariavelmente de baixo padrão racial, apresenta-se como principal alternativa econômica pelo fato de o capim não requerer maiores cuidados e investimentos, podendo também suportar com maior sucesso períodos de seca.

O cultivo de lavouras também apresentou expansão relativa nesses 30 anos considerados, passando de 13,6 % para 21,5% da área com estabelecimentos (tabela 5). No entanto, as culturas temporárias predominam em todo o período, ocupando entre 55% e 65% da área total com estabelecimentos, enquanto os cultivos permanentes variaram entre 30% e 35%. Vale ressaltar que o caráter temporário das lavouras acaba influenciando na migração por não conseguir reter parte dos trabalhadores.

TABELA 5 - USO DAS TERRAS NOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DE SERGIPE - 1975/2006

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ha)	ÁREA EM ESTABELECIMENTOS (%)			
	1975	1985	1995-1996	2006
Lavoura	13,56	18,49	17,94	21,45
Permanente	33,75	30,94	36,90	35,78
Temporária	63,72	57,51	54,37	64,22
Em descanso	2,52	11,56	8,73	-
Pastagens	64,58	66,46	67,77	63,73
Naturais	47,86	46,12	54,12	41,19
Plantadas	52,14	53,88	45,88	58,81
Matas e Florestas	11,13	8,38	9,31	12,36
Terras produtivas não utilizadas	8,12	4,37	2,88	-
Outros (terras inaproveitáveis)	2,61	2,29	2,10	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários 1975, 1985, 1995-1996 e 2006

Os dados indicam, portanto, dois traços marcantes do setor primário sergipano: estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras e consequente atomização das propriedades, e predominância das pastagens em detrimento da lavoura, sendo o principal uso o cultivo temporário.⁹

A estrutura fundiária descrita constitui o primeiro indicativo da precariedade vivida no meio rural/agrícola. É certo que o emprego de métodos e técnicas com algum grau de aprimoramento possibilitaria que, mesmo em estabelecimentos com pequenas áreas, houvesse produção suficiente para atender às necessidades de

milho, seriam colhidos 25 sacos, a R\$ 28,00, que renderiam R\$ 700,00 por ano. Se a opção fosse criar gado, um hectare comportaria apenas um animal, cuja carne renderia R\$ 80,00 por mês. Com o capim, poderiam ser produzidos 60 fardos de 12 kg, cujo preço unitário seria de R\$ 8,00 a cada 60 dias, ou seja, R\$ 48,00 por ano. Admitindo que, de alguma forma, o proprietário conseguisse sincronizar toda essa produção e que não fosse exposto aos riscos de seca e perda na produção, chegar-se-ia a uma renda anual de R\$ 4.700,00, ou R\$ 392,00 por mês, a preços de agosto de 2008. Este cálculo aproximado pode ser admitido como valor monetário hipotético e máximo a ser auferido por cerca de 30% dos produtores agrícolas sergipanos.

⁹ Agrava a situação o fato de que apenas 49% do território sergipano é apto ao desenvolvimento regular da agricultura; ou seja, 45% é composto de rochas ou pedras, 3% de areia e 2% de áreas alagadas (SUDENE, 1984).

subsistência e também para uma eventual comercialização do excedente. No entanto, os dados apresentados a seguir revelam os limites desta possibilidade.

A utilização da tração animal ou mecânica na produção primária significa potencializar o trabalho que, na ausência deste recurso, é executado de forma braçal. Desta forma, a tração animal ou mecânica pode contribuir para a fertilidade do solo, na medida em que o revolvimento periódico da terra propicia, entre outras coisas, o fortalecimento das raízes bem como o enterro das culturas anteriores e de ervas daninhas. Em segundo lugar, a utilização da força animal ou mecânica também acelera os trabalhos de plantio e colheita, o que contribui positivamente para o aumento da produtividade.

Note-se, no entanto, que apenas 45,7% dos estabelecimentos agropecuários utilizam a força de tração animal ou mecânica (tabela 6). Entre as classes de área, chama atenção que, em 60% das propriedades com menos de 10 hectares, essa utilização seja de 40% e que, nas propriedades com área entre 10 e menos de 100 hectares, 35% utilizem a força humana em tais atividades.

TABELA 6 - UTILIZAÇÃO DE INSUMOS BÁSICOS DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA SEGUNDO CLASSES DE ÁREA DE ESTABELECIMENTOS - SERGIPE - 2006

CLASSES DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS (%)						
	Utilizam Força de Tração Animal e/ou Mecânica	Utilizam Energia Elétrica	Receberam Orientação Técnica	Utilizam Fertilizantes	Utilizam Irrigação	Realizam Algum Preparado do Solo (a)	Utilizam Implementos (b)
Menos de 1	27,5	66,1	4,4	46,5	4,0	31,1	3,7
Menos de 10	40,0	60,9	8,7	46,9	5,2	39,6	6,3
10 a menos de 100	65,0	53,1	18,6	30,8	1,2	56,0	23,5
100 a menos de 1.000	75,2	37,5	18,3	20,9	1,9	31,0	93,5
Acima de 1.000	92,7	84,1	57,3	42,7	-	54,9	-
Produtor sem área	32,0	53,1	7,1	20,4	-	0,0	-
TOTAL	45,7	58,6	10,9	42,5	5,5	41,8	11,9

FONTE: Censo Agropecuário, 2006

NOTA: (a) Cultivo convencional (aração mais gradagem) ou gradagem profunda; cultivo mínimo (gradagem) e plantio direto na palha; (b) Arados, grades, roçadeira, semeadores, colheitadeiras, pulverizadores, adubadeiras.

A pouca utilização da força animal ou mecânica deve ser creditada, em parte, ao tamanho dos estabelecimentos. No entanto, não se pode negar que a não utilização desse recurso influencia negativamente na produtividade dessas propriedades.

A energia elétrica é outro elemento importante na qualificação da atividade primária. Chama atenção, nesse sentido, que cerca de 40% das propriedades não sejam atendidas por este serviço básico.¹⁰ Entre as classes de propriedades, observe-se que 60% daquelas com área inferior a 10 hectares não possuem energia elétrica. Vale acrescentar que, geralmente, estabelecimentos com esta dimensão abrigam não apenas o proprietário mas também sua família.

A orientação técnica, aqui apresentada como a informação destinada ao aprimoramento das atividades primárias, foi recebida por menos de 11% das

¹⁰ Há que se admitir que este resultado geral é influenciado pelo cultivo da cana-de-açúcar, cultura que reconhecidamente não necessita de energia elétrica.

propriedades, sendo que entre as classes de áreas observa-se maior assistência justamente àqueles estabelecimentos de maior extensão: 57% das propriedades com área acima de 1.000 hectares receberam assistência técnica, enquanto 8,7% das propriedades menores de 10 hectares foram atendidas.

O uso do fertilizante foi informado por 42,5% dos estabelecimentos, não obstante a baixa qualidade do solo na área que se afasta do leste sergipano. Da mesma forma, dado o clima quente e a carência sazonal de chuvas, seria de esperar o uso sistemático de irrigação. Mas o que se observa é que apenas em 5,5% dos estabelecimentos isto ocorre. Da mesma forma, apenas 41,8% das propriedades preparam o solo, e menos de 12% utilizam algum implemento agrícola.

2.2 O SETOR TERCIÁRIO

Fato relevante foram também as mudanças na gestão pública, sobretudo relativas à maior autonomia financeira e ao ordenamento das despesas dos entes federativos, à base da Constituição Federal de 1988, refletindo tanto no emprego público quanto nas ocupações geradas pelo setor público (AFONSO, 1994; GUIMARÃES NETO; PORSE; SOARES, 1999; MARTINS, 2004).

Não é de surpreender que, dadas as debilidades estruturais das atividades primárias e a inexpressividade do setor industrial sergipano, o crescimento das ocupações no setor de comércio e serviços constitui uma via de inserção no mercado de trabalho. No entanto, há dois fatores importantes que merecem ser considerados como influentes nesse processo de terciarização.

O primeiro deles relaciona-se com o efeito das rendas de transferências, originadas da Previdência Social ou de programas sociais não contributivos, como impulsionadores da economia local. A esse respeito, vale mencionar Schwarzer e Querino (2002) que, dedicando-se a estudar os efeitos desses benefícios sociais sobre a pobreza rural no Brasil, concluem que os domicílios cobertos pela Previdência Rural não apenas são menos suscetíveis à pobreza, mas também a renda originada desses benefícios permite que os idosos e deficientes tenham maiores possibilidades de aquisição de medicamentos ou mesmo de acesso a serviços de saúde privados, usualmente indisponíveis na rede pública de muitos municípios de pequeno porte. Esses rendimentos também contribuem na aquisição de bens materiais para uso doméstico e materiais de construção, da mesma forma que a regularidade no recebimento desse benefício gera um tipo de “rede de segurança” contra as intempéries naturais e pode reforçar a atividade agrícola municipal.

Os benefícios da Previdência Social tornam-se ainda mais relevantes em áreas como o semiárido nordestino. Nos 28 municípios sergipanos que compõem esse polígono, o valor pago pela Previdência (R\$ 8,6 bilhões), em 2001, era quase duas vezes o total de recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios (R\$ 4,9 bilhões) no mesmo ano (BRASIL, 2001).

O processo de descentralização fiscal, impulsionado pela Constituição de 1988, conferiu ampla autonomia financeira aos governos subnacionais para coletar,

gerir e gastar recursos. A partir de tais mudanças, estados e municípios não apenas aumentaram suas participações na arrecadação total como puderam focalizar seus gastos na área social. Prova disto é que entre 1988 e 1991, a despesa com educação e cultura na União caiu de US\$ 8,1 para US\$ 3,9 bilhões; nos estados, permaneceu em US\$ 7,6 bilhões e nos municípios passou de US\$ 3,2 para US\$ 4,7 bilhões. Na área da saúde, a despesa federal era, em 1991, menor em um terço daquela realizada em 1989, enquanto nos municípios cresceu 70%. Da mesma forma, os programas sociais de habitação e urbanismo apresentaram forte expansão nas despesas estaduais e municipais quando comparadas com as federais. A União, por sua vez, concentrou os gastos nas transferências assistenciais (INSS) e encargos da dívida interna e externa (AFONSO, 1994).

Ao analisar a composição das despesas por função¹¹ segundo tamanho populacional dos municípios,¹² Guimarães Neto, Porsse e Soares (1999) identificam que justamente aqueles com população abaixo de 100 mil habitantes e situados em regiões pouco desenvolvidas como o Nordeste tiveram os gastos por função prioritários em educação, planejamento, saúde e habitação.

Embora os autores acima não tratem especificamente de Sergipe, mas considerando que, dos atuais 75 municípios apenas 2 possuem população acima dos 100 mil habitantes, é factível que aqui também sejam consideráveis os efeitos dos gastos públicos na geração de empregos.

2.3 DIFERENCIAIS REGIONAIS NA RENDA E NO TRABALHO

Para avançar na discussão sobre os possíveis efeitos da migração sobre a pobreza, admite-se como *proxies* as informações sobre inserção laboral e renda do trabalho, a partir das quais são comparadas as estimativas para o Interior, RGA e migrantes originados do Interior e enumerados na RGA. Portanto, de acordo com o argumento de Martine, serão considerados apenas aqueles indivíduos que “sobreviveram”, pelo menos até o momento da pesquisa, ao processo migratório.¹³

Os resultados contidos na tabela 7 confirmam o caráter seletivo da migração indicando que, de fato, os migrantes Interior-RGA tendem a possuir melhor nível educacional quando comparados aos não migrantes do Interior. Basta notar que em todos os períodos quanto maior o nível educacional maior a participação relativa dos migrantes. Veja que, em 1980, quase 95% da população do Interior possuía até 4 anos de estudo, mas entre os migrantes essa proporção era de menos de 85,6%; já nas classes de escolaridade seguintes, enquanto 2,7% da população do Interior

¹¹ As principais despesas por função são: legislativa, administração e planejamento, assistência social e previdência, educação e cultura, saúde e saneamento, segurança pública, habitação e urbanismo, transporte e demais despesas.

¹² Pequeno: até 20 mil; Pequeno-médio: entre 20 mil e 50 mil; Médio: entre 50 mil e 100 mil; Médio-grande: entre 100 mil e 300 mil; Grande: mais de 300 mil habitantes.

¹³ Para manter a comparabilidade dos dados, foram considerados os indivíduos com idade entre 20 e 60 anos e com renda positiva e definida.

possuía de 5 a 8 anos de estudo, entre os migrantes a participação era de 7%. Em 1991, a migração Interior-RGA envolvia pessoas com maior nível educacional. Prova disto é que no Interior, enquanto 12% da população possuía de 5 a 8 anos de estudo, entre os migrantes essa participação era de mais de 24%; no grupo de 9 a 11 anos de estudo, as proporções foram de 7,6% e 15,1%, respectivamente. No último período, quase 52% dos migrantes possuíam entre 5 e 11 anos de estudo, enquanto que no Interior, a população não migrante com esse nível de escolaridade correspondia a 30%.

TABELA 7 - ESCOLARIDADE NO INTERIOR, REGIÃO DA GRANDE ARACAJU E DOS MIGRANTES INTERIOR - RGA - 1975-1980, 1986-1991 E 1995-2000⁽¹⁾

GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO	ESCOLARIDADE (%)								
	Interior			Região da Grande Aracaju			Migrante Interior - RGA		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000	1975-1980	1986-1991	1995-2000
Até 4 anos	94,7	79,1	67,9	77,0	45,2	34,4	85,7	56,7	45,0
5 a 8 anos	2,7	12,1	18,2	6,9	22,6	26,4	7,0	24,3	28,7
9 a 11 anos	2,1	7,6	12,3	10,8	22,6	28,2	5,9	15,1	23,0
12 a 16 anos	0,5	1,1	1,5	4,9	9,1	10,1	1,3	3,8	3,1
17 anos em mais	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5	0,8	0,1	0,2	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000

(1) População com idade entre 20 e 60 anos.

Mesmo com o crescimento da participação relativa dos migrantes com melhor nível educacional, não é desprezível o fato de que, no período 1995-2000, 45% dos migrantes com idade entre 20 e 60 anos possuísem até 4 anos de estudo. Desta forma, mesmo ficando claro que a migração não seria uma estratégia de fuga da pobreza acessível aos mais pobres, a expressiva participação de pessoas com baixa escolaridade nos fluxos migratórios Interior-RGA parece confirmar o argumento de Delaunay (2006, p.89), para quem “os movimentos de pessoas sejam talvez, antes de mais nada, estratégias para se beneficiar de oportunidades contextuais mais favoráveis”.¹⁴

A concentração da atividade econômica na Região da Grande Aracaju e o marasmo do Interior estão no cerne da desigualdade regional em Sergipe. Em geral, um trabalhador ocupado na RGA não apenas recebe, em média, R\$ 350,00 a mais que o trabalhador no Interior, como também está menos sujeito à desocupação. Quando ocupado, pode ser absorvido em ramos de atividade que lhe proporcionem perspectivas diferentes daquelas que teria se executasse tarefas no setor primário do Interior (OLIVEIRA, 2009).

As informações da tabela 8 permitem dimensionar o “contexto mais favorável” da RGA, portanto influente na migração. Note-se que, nos anos 80, a pouca diversidade da estrutura produtiva do Interior impõe à maior parte dos

¹⁴ “Los movimientos de personas son quizás, antes que nada, estrategias para acercarse a oportunidades contextuales más favorables.” (DELAUNAY, 2006, p.89).

trabalhadores (60,7%) menos qualificados (até 4 anos de estudo) atividades agrícolas, ao passo que na RGA, mesmo que influenciados pela menor importância do setor primário, os migrantes portadores desse mesmo nível educacional encontram ocupação em atividades como nas indústrias de transformação (13,4%), de construção civil (18,1%), comércio (11,5%) e demais serviços (31,4%).

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO INTERIOR E DOS MIGRANTES INTERIOR - RGA - 1975-1980, 1986-1991 E 1995-2000⁽¹⁾

RAMOS DE ATIVIDADE	ESCOLARIDADE - 1975-1980											
	Ocupados no Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvíc. e pesca	60,7	12,0	3,8	2,6	0,0	57,0	6,8	0,0	1,0	0,0	0,0	5,8
Indústria extrativa	0,4	0,2	0,6	0,3	0,0	0,4	0,9	1,0	4,7	0,0	0,0	1,2
Indústria de Transformação	6,5	11,2	6,5	2,5	0,0	6,6	13,4	20,2	13,0	0,0	0,0	13,6
Indústria da Construção	6,8	7,5	1,7	0,4	5,3	6,6	18,1	10,3	2,5	4,1	0,0	16,2
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,3	1,6	1,4	0,9	0,0	0,4	1,3	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2
Comércio	6,6	14,3	10,5	4,0	0,0	6,9	11,5	12,7	14,5	0,0	0,0	11,6
Transporte	3,7	9,8	2,3	0,9	0,0	3,8	6,4	9,6	3,0	5,1	0,0	6,3
Serviço Público	4,9	22,7	41,9	63,6	69,5	7,1	10,1	6,0	27,7	57,1	100,0	12,0
Demais Serviços	10,1	20,8	31,3	24,8	25,3	11,2	31,4	40,1	32,4	33,7	0,0	32,1
RAMOS DE ATIVIDADE	ESCOLARIDADE - 1986-1991											
	Ocupados no Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvíc. e pesca	54,0	18,3	5,2	4,6	10,9	44,3	11,0	1,8	3,1	0,0	0,0	7,0
Indústria extrativa	1,0	1,2	0,9	0,1	0,0	1,0	1,0	0,0	0,7	2,6	0,0	0,8
Indústria de Transformação	5,9	10,0	6,2	4,5	0,0	6,4	7,6	13,2	7,6	2,6	0,0	8,6
Indústria da Construção	7,5	7,4	1,7	0,7	0,0	6,9	16,4	5,9	2,5	0,0	0,0	10,8
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,3	1,1	1,4	0,9	0,0	0,5	0,6	0,0	1,4	0,0	0,0	0,6
Comércio	7,4	15,6	14,4	6,8	0,0	9,0	14,7	26,1	31,5	13,8	0,0	20,0
Transporte	3,7	6,0	2,1	1,0	0,0	3,8	3,7	9,7	2,9	0,0	0,0	4,7
Serviço Público	7,4	18,4	45,2	55,0	82,6	13,1	4,8	5,2	18,8	54,3	45,8	10,0
Demais Serviços	12,9	21,9	23,0	26,4	6,5	15,1	40,1	38,1	31,5	26,8	54,2	37,5
RAMOS DE ATIVIDADE	ESCOLARIDADE - 1995-2000											
	Ocupados no Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., silvíc. e pesca	52,1	20,0	6,9	3,2	2,7	39,1	11,1	4,3	1,9	0,0	0,0	6,6
Indústria extrativa	0,3	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	-	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	8,4	12,2	7,1	3,4	2,7	8,8	9,9	13,4	6,2	1,8	0,0	9,7
Indústria da Construção	6,3	6,4	1,9	1,3	0,0	5,6	14,0	9,4	2,2	0,0	0,0	9,4
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	0,2	0,6	1,2	0,6	1,1	0,5	0,9	0,6	0,8	0,0	0,0	0,8
Comércio	10,3	19,4	19,7	5,5	8,2	13,1	19,6	22,1	19,2	13,5	0,0	19,9
Transporte	4,4	7,1	3,9	1,5	0,0	4,8	1,1	5,4	8,5	0,0	0,0	4,0
Serviço Público	6,3	15,4	39,5	63,8	49,2	13,8	4,4	6,4	20,9	60,8	51,9	11,0
Demais Serviços	11,6	18,7	19,5	20,7	36,0	14,2	38,9	38,5	40,1	23,9	48,1	38,6

FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000

(1) População com idade entre 20 e 60 anos.

É interessante notar também que o serviço público torna-se o mais importante absorvedor de mão de obra à medida que avança a escolaridade do trabalhador. Assim, em 1980, do total de ocupados no Interior com 5 a 8 anos de escolaridade, 22,7% estavam no serviço público. Já, no grupo de 9 a 11 anos de estudo, a proporção era de quase 42%. Entre os migrantes Interior-RGA, o serviço público apresenta-se como o principal empregador para aquelas pessoas com escolaridade acima de 9 anos de estudo.

Em 1991, o Interior mantém-se fortemente baseado nas atividades primárias, empregando 54% do total de ocupados de baixa escolaridade. Da mesma forma que no período anterior, o serviço público passa a ser o principal empregador para os trabalhadores com escolaridade acima de 5 anos. Ante essa polarização entre o emprego em atividades agrícolas para os de menor escolaridade, e no serviço público para as demais categorias no Interior, tem-se que na RGA os migrantes de menor instrução são absorvidos principalmente pelo setor de demais serviços (40,1%), seguido pela indústria da construção civil (16,4%) e comércio (14,7%). Este último ramo de atividade apresenta-se para os migrantes com 5 a 8 anos de escolaridade, em 1986-91, como o segundo maior empregador, absorvendo 26,1% dos trabalhadores, sendo superado apenas pelos demais serviços, que empregou cerca de 38% dos ocupados.

No período seguinte, vale destacar no Interior o aumento da importância de atividades como indústria de transformação e comércio, que chegaram a empregar 8,4% e 10,3% dos trabalhadores com até quatro anos de estudo, respectivamente. Entre aqueles com 5 a 8 anos de estudo, o comércio foi o principal empregador (19,4%), superando inclusive o serviço público e demais serviços. Entre os migrantes enumerados na RGA, o setor de serviços é a principal atividade para aqueles com até 11 anos de estudo, enquanto o serviço público emprega aqueles migrantes com 12 anos ou mais de escolaridade.

Mesmo com o aumento de algumas outras atividades econômicas, é fato que o emprego no interior baseia-se em atividades agrícolas, sendo que a expansão do comércio está também ligada à produção primária. Entretanto, o atraso tecnológico que caracteriza a produção agrícola do interior sergipano contrasta com os avanços na escolaridade do trabalhador que, entre 1980 e 2000, passou de 1,2 ano para 4,1 anos. Desta forma, a perspectiva de inserção laboral em atividades com maiores possibilidades de ascensão pode também influenciar na decisão de migrar do Interior para a RGA, ainda que a entrada se dê via mercado de trabalho informal.

Além da possibilidade de exercer tarefas de maior qualificação, os diferenciais de renda em favor da RGA poderiam ser outro impulsionador da migração ou, nos termos acima, de elementos contextuais favoráveis. Talvez pelo fato de se utilizar a informação de migrante em uma data-fixa, portanto, com 5 anos no local de enumeração, as estimativas contidas na tabela 9 não permitem confirmar a validade desse argumento.

TABELA 9 - RENDA DO TRABALHO PRINCIPAL SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE NO INTERIOR E DOS MIGRANTES INTERIOR - RGA - 1975-1980, 1986-1991 E 1995-2000⁽¹⁾

RAMOS DE ATIVIDADE	RENDA POR ESCOLARIDADE - 1975-1980 (R\$ de janeiro/2002)											
	Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., Silvic. e Pesca	251,89	686,60	1.788,41	1.853,14	-	258,29	662,76	-	2.202,71	-	-	681,26
Indústria extrativa	441,17	736,34	1.989,25	1.573,37	-	526,03	548,07	472,01	1.589,93	-	-	838,98
Indústria de transformação	339,42	478,34	1.644,44	2.326,42	-	391,31	340,25	430,97	1.003,88	-	-	394,20
Indústria da construção	372,29	557,63	986,48	2.706,19	944,02	384,71	380,58	369,53	449,71	8.181,50	-	414,40
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	499,36	493,75	986,61	2.729,10	-	602,82	730,41	-	944,02	-	-	745,89
Comércio	638,50	832,09	1.520,27	1.385,92	-	694,26	491,70	382,24	932,45	-	-	521,47
Transporte	670,11	786,90	1.078,93	858,20	-	686,41	966,95	597,18	776,19	1.447,50	-	926,63
Serviço Público	269,57	317,88	551,12	765,45	2.961,27	381,22	425,51	461,22	528,22	1.570,03	2.360,05	569,65
Demais Serviços	254,27	479,20	982,28	1.484,04	3.380,11	356,32	257,16	303,36	920,42	1.591,27	-	332,14
Group Total	309,33	554,44	939,96	1.065,17	2.960,91	343,85	416,66	385,38	853,17	1.840,78	2.360,05	473,28

RAMOS DE ATIVIDADE	RENDA POR ESCOLARIDADE - 1986-1991 (R\$ de janeiro/2002)											
	Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., Silvic. e Pesca	167,07	238,58	579,31	909,20	2.689,53	176,81	140,22	126,94	191,11	-	-	143,13
Indústria extrativa	236,75	377,77	615,57	2.528,15	-	292,73	524,02	-	1.075,81	1.559,93	-	785,30
Indústria de transformação	260,72	395,27	412,07	1.167,24	-	310,40	180,33	240,60	335,46	607,83	-	231,41
Indústria da construção	260,34	292,88	452,65	341,54	-	269,13	237,29	310,66	285,87	-	-	248,33
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	371,47	308,96	792,76	496,67	-	459,17	314,74	-	370,51	-	-	337,48
Comércio	387,96	385,96	576,09	729,98	-	419,91	335,86	327,63	481,02	1.184,68	-	403,06
Transporte	413,77	541,94	512,48	1.420,30	-	448,14	448,44	356,90	409,18	-	-	401,37
Serviço Público	152,68	194,49	306,32	591,31	1.366,29	244,14	202,65	292,39	343,95	725,46	1.613,72	433,97
Demais Serviços	210,17	307,01	529,90	1.027,59	2.807,33	296,24	168,62	199,99	733,23	694,26	4.841,15	295,07
Group Total	210,78	308,91	433,31	764,77	1.609,67	253,28	218,86	263,96	510,46	799,16	3.334,92	318,81

RAMOS DE ATIVIDADE	RENDA POR ESCOLARIDADE - 1995-2000 (R\$ de janeiro/2002)											
	Interior						Migrante Interior - Região da Grande Aracaju					
	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total	Até 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos	17 anos em mais	Total
Ativ. Agrop., Silvic. e Pesca	107,0	174,9	353,3	826,5	1794,7	120,7	142,3	206,2	220,7	-	-	159,4
Indústria extrativa	189,5	507,4	651,5	-	-	278,4	-	-	-	-	-	-
Indústria de transformação	191,7	268,1	426,2	1611,6	1273,9	248,8	235,1	244,6	572,3	332,3	-	289,3
Indústria da construção	245,0	302,9	481,3	949,0	-	271,5	306,5	353,8	191,3	-	-	313,5
Prod. e Dist. de Elet., Gás e Água	457,2	448,9	618,6	2273,5	4431,1	577,8	418,1	531,7	1063,5	-	-	610,3
Comércio	282,1	350,7	521,4	1236,5	844,0	359,4	257,8	545,2	415,8	546,3	-	390,5
Transporte	371,4	460,3	612,4	686,9	-	424,6	413,5	933,3	421,3	-	-	614,7
Serviço Público	212,3	259,8	364,5	670,7	2531,8	337,7	246,5	463,0	501,7	1384,6	886,2	633,1
Demais Serviços	170,5	230,7	468,1	1098,1	2845,8	279,1	217,4	226,8	499,6	1727,2	6646,6	356,2
Group Total	167,7	274,7	434,7	840,9	2470,5	241,0	236,5	365,2	474,3	1331,7	3647,7	382,2

FONTE: Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000

(1) População com idade entre 20 e 60 anos.

Observe-se que, em 1980, os diferenciais de renda entre os não migrantes do Interior e aqueles enumerados na RGA só são favoráveis a estes últimos quando a escolaridade é de até 4 anos. Entre os ramos de atividade que devem ser elencados como responsáveis por essa diferença estão as atividades agropecuárias, de transportes e serviço público. Para os grupos de escolaridade entre 5 e 11 anos de estudo, os

trabalhadores do Interior auferem rendas mais elevadas que os migrantes na RGA, resultado do desempenho no Interior de atividades como comércio, transporte e indústria de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica migratória sergipana das últimas décadas desenvolve-se sob os mesmos elementos estruturais que ambientaram a migração destinada principalmente ao Sudeste: concentração de terra, cultivo de pasto em detrimento da lavoura, baixo ou nenhum acesso à orientação técnica, carência de irrigação, energia elétrica e crédito.

Nessas condições, a produtividade e a renda originada do setor primário, este que ocupava 40% dos trabalhadores do interior sergipano, em 2000, aparentam ser insuficientes para garantir fôlego à recente melhoria de alguns indicadores sociais, principalmente da pobreza.

No mercado de trabalho, a diferença tanto no nível de rendimento do ocupado quanto na possibilidade de inserção em atividades mais dinâmicas torna a migração o principal caminho àqueles que potencialmente migrariam para o Centro-Sul brasileiro, mas que, também premidos pelas condições de intensa degradação no local de destino, optam pela Região da Grande Aracaju. Em geral, um trabalhador ocupado na RGA recebe cerca de R\$ 350,00 a mais que um trabalhador ocupado no mesmo setor e com características similares. Além disso, há também o contexto mais favorável na RGA, comparativamente ao do interior, na medida em que o trabalhador pode se inserir no setor terciário e, portanto, desenvolver outras habilidades que não apenas aquelas relacionadas com a agricultura e a pecuária.

Às vésperas da divulgação dos resultados do Censo 2010, um tema central deve ocupar o debate entre aqueles que se ocupam da pesquisa sobre o desenvolvimento nordestino. Pelas evidências aqui tratadas, pode-se questionar sobre o horizonte de redução da pobreza no interior sergipano sem que os problemas acima apontados sejam combatidos.

Outra reflexão possível diz respeito ao ritmo de crescimento da RGA, onde cresce a violência, e o desordenamento na ocupação urbana agride fatalmente o meio ambiente. Nesse sentido, questiona-se se os avanços recentes em alguns indicadores não serão mitigados pelo crescente grau de desigualdade regional e social.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto Rodrigues. **Descentralização fiscal**: revendo idéias. 1994. Disponível em: <www.bndes.gov.br/clientes/federativo/bf_bancos/e0000292.pdf>. Acesso em: 26 set. 2008.
- BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do Século 20. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.19, n.3, p.84-96. jul./set. 2005.
- BRITO, Fausto; GARCIA, Ricardo Alexandrino; SOUZA, Renata G. Vieira de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. Análise demográfica da região Nordeste. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. **Dinâmica demográfica regional e novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 2000. p.153-216.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2.ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998a.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4.ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998b.
- CARDOSO JR., José Celso. **Crise e desregulação do trabalho no Brasil**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n.814).
- CARVALHO FILHO, Eneuton Dornellas Pessoa de. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90**. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. **Evolução do emprego formal no Brasil (1985-2003) e implicações para as políticas públicas de geração de emprego e renda**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n.1039).
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: ABEP, v.23, n.1, p.87-107, jan./jun. 2006.
- CUNHA, José Marcos Pinto da. Redistribuição espacial da população: tendências e a trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.17, n.3/4, p.218-233, jul./dez. 2003.
- CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos CRH**, Salvador: UFBA, v.18, n.43, p.87-101, jan./abr. 2005.
- DELAUNAY, Daniel. Relaciones entre pobreza, migración y movilidad: dimensiones territorial y contextual. **Revista Notas de Población**, Santiago de Chile: Celade/Cepal, n.84, p.87-130, out. 2007. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/8/30198/lcg_2344-P_3.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2008.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo; PORSSSE, Alexandre Alves; SOARES, Melody de Campos. Descentralização e finanças municipais no Brasil: uma análise regional da gestão dos recursos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.30, n. esp., 1999. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/ren1999_v30_ne_a16.pdf>. Acesso em: 26 set. 2008

- HAKKERT, Ralph; MARTINE, George. **Tendência migratórias recentes no Brasil:** as evidências da PNAD de 2004. Taller nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”. Brasil: Celade/BID/Cepal, 2007. Disponível em: <www.eclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/RHakkert.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.
- HERRÁN, Carlos. **Reducing poverty and inequality in Brazil.** Washington: Inter-American Development Bank, 2005. (Economic and social study series).
- IBGE. **Censo Agropecuário:1975-1996.** n.14. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE. **Censo Demográfico:** microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1980, 1991, 2000.
- IBGE. **Contas Regionais do Brasil 1985 – 1997:** n.3. Rio de Janeiro, 1999.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** Microdados. Rio de Janeiro, 1985-2005.
- IPEA. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006 (Nota técnica, 9)
- MARTINE, George; CARVALHO, José Alberto M. de; ARIAS, Alfonso Rodrigues. **Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994 (Texto para discussão, n.345).
- MARTINS, André Luiz de Miranda. **Estado e força de trabalho no Nordeste:** ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990. 2004. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. **Demografia da pobreza em Sergipe:** migração, renda e características municipais a partir dos Anos 80. 2009. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- PACHECO, Carlos Américo. Desenvolvimento regional, dinâmica econômica e população. In: PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. **Dinâmica demográfica regional e novas questões populacionais no Brasil.** Campinas: UNICAMP/IE, 2000. p.45-59.
- PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação.** Campinas: Unicamp, 1998.
- POCHMANN, Marcio. **Emprego na globalização:** a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003a.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.34, n.1, jan./mar. 2003b.
- SCHWARZER, Helmut; QUERINO, Ana Carolina. **Benefícios sociais e pobreza:** programas não contributivos da seguridade social brasileira. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para discussão, n.929).
- SUDENE. **Ação Fundiária – Sergipe Projeto Nordeste.** [S.l.]: SEPLAN, 1984.